

A representação do feminino nas eleições de 2006

Muniz Sodré, Raquel Paiva,
Gabriela Nóra e Jean Souza¹

Resumo: Artigo baseado no relatório final de nosso projeto de pesquisa sobre a representação feminina nas eleições governamentais. O projeto envolveu avaliação da situação referente a representação das mulheres nas eleições em 2006. O projeto também examina os postos que as mulheres ocupavam nos principais partidos políticos. Questões relacionadas à representação feminina na política, incluindo apresentação das conclusões a que chegamos ao longo do projeto, também são discutidas.

Palavras-chaves: representação do feminino; eleições; partidos políticos

Abstract: Article based on the final report of our research project about women in government elections. The project involved evaluation of the situation regarding the representation of women in government elections which took place in 2006. The project also examines the posts that woman candidates held on the ballots of the major political parties. The issue of woman representation in communal politics including the presentation of the conclusions reached throughout the project is also discussed.

Key-words: representation of women; government elections; political parties

Em julho de 2006, o Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC) iniciou uma pesquisa sobre a presença das mulheres-candidatas nas eleições. O presente trabalho pretende trazer os resultados parciais dessa pesquisa, que foi contemplada com o edital universal do CNPq e encontra-se em fase de análise dos dados e redação. A investigação compreende três etapas: a análise diária dos jornais “Folha de São Paulo” e “O Globo”, de julho de 2006 a janeiro de 2007; entrevista com as candidatas que mais se destacaram na cobertura da mídia e mapeamento da trajetória das mulheres na política nacional, através de pesquisa bibliográfica e histórica. O trabalho foi realizado inicialmente por cinco bolsistas de iniciação científica e dois professores do quadro da Escola de Comunicação da UFRJ.

Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2006 houve um total de 2.498 candidatas. Destas, duas foram candidatas à Presidência, 26 aos governos estaduais, 35 ao Senado, 652 à Câmara Federal e 1.783 às Assembléias e Câmara Legislativas. Apesar desse significativo contingente, foram eleitas apenas 176 mulheres, num total de três Governadoras, quatro Senadoras, 46 Deputadas Federais e 123 Deputadas Estaduais/Distritais. Ou

¹ Muniz Sodré e Raquel Paiva são professores (ECO/UFRJ). Gabriela Nóra e Jean Souza são graduandos (ECO/UFRJ) e bolsistas (PIBIC/CNPq).

seja, a presença das mulheres na vida política brasileira ainda se restringe aos seguintes percentuais: 11,11% dos governantes estaduais; 14,8% da bancada renovada no Senado Federal; 8,97% dos deputados/as federais; e 11,61% dos deputados/as estaduais/distritais.

Aos analistas do campo comunicacional, impõem-se as questões: Qual o papel da mídia neste cenário? Ela tem contribuído para a permanência desse pequeno contingente ou tem colaborado para alterar o quadro de sub-representação da mulher nas esferas de poder? São questões para as quais o presente estudo pretende compor respostas, na medida em que se propõe a perscrutar a representação do feminino no último pleito.

Mas importa preliminarmente determinar se “mulher” é uma categoria teoricamente significativa no jogo político. Consta do texto atual do Tratado da Comunidade Européia (TCE) – após as reformas introduzidas pelo Tratado de Amsterdã (2002), uma disposição no sentido de que.

com o objetivo de garantir a prática da plena igualdade entre homens e mulheres no trabalho, o princípio da igualdade de tratamento não impedirá nenhum Estado membro de manter ou adotar medidas que ofereçam vantagens concretas destinadas a facilitar ao sexo menos representado no exercício de atividades profissionais ou a evitar compensar desvantagens em suas carreiras profissionais (Artigo 141, anexo 4).

Embora essa “menor representação” diga respeito explicitamente ao trabalho, é possível tomar como base argumentativa o conceito de ação positiva², inscrito no conjunto de políticas comunitárias da União Européia, para ampliar o tópico da representação até o âmbito parlamentar. A questão seria, então, posta nos seguintes termos: as mulheres são equitativamente representadas nos três poderes republicanos?

Não se trata, entretanto, de uma indagação pacífica. Tanto assim que, para Judith Butler, tida por muitos como a mais importante pensadora feminista da atualidade, não existe “a mulher”, ou seja, inexiste a “mulher-natureza” ou uma essência feminina capaz de levar a uma identidade clara no interior da dualidade sexual de machos e fêmeas (BUTLER, 1997). Esta crítica põe em questão o ângulo heterossexual que comanda essa complementaridade, apelando para a importância de outras categorias, como os transexuais e os homossexuais e, em consequência, sepultando a idéia do determinismo social das condutas femininas, contido na noção de “gênero” – no fundo, apenas uma outra palavra para abrigar o vago generalismo do conceito de identidade feminina. Ou seja, na base do patriarcado como forma de organização e dominação social, está o sexismo como ideologia do poder masculino.

O sociólogo francês Alain Touraine concorda com o geral dessa crítica:

A partir do momento em que substituímos este determinismo vago e genérico pela tese mais aguçada da dominação masculina, é preciso tomar consciência de tudo aquilo que foi rechaçado: a história

² *Equal opportunity policies e affirmative action* (nos EUA), *positive discrimination* (na Europa), ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias (no Brasil).

pessoal, os sentimentos (feelings), as relações interpessoais, enfim, tudo aquilo que intervém na formação da personalidade. É por isso que não se pode escolher entre um determinismo social e uma subjetividade de ordem psicológica: tudo se mistura na criação das identidades singulares (TOURAINÉ, 2007: 18).

Assim é que, apesar de todas as conquistas obtidas pelo movimento feminista ao longo dos últimos decênios em todo o mundo, o sociólogo demonstra algum pessimismo frente à persistência da desigualdade e da violência contra as mulheres em muitas partes do mundo, e isto precisamente porque não se consegue reconhecer a marca da dominação masculina no interior da noção de gênero, por mais útil que ela tenha sido na luta contra o essencialismo, contra a idéia da “mulher-natureza”.

No entanto, sobre as ruínas das categorias tradicionais, as mulheres continuam afirmando-se como tais, não mais a partir da centralidade da dicotomia macho/fêmea, e sim a partir de “uma pluralidade de formas mutáveis e parciais de sexualidade”. Segundo ainda Touraine, trata-se agora da “construção de si mesmas enquanto sujeitos livres”, o que equivale a se pensar como sujeitos ativos na dinâmica social ou “atrizes da História”. É no interior deste quadro que se pode pensar a questão da presença de mulheres na esfera dos poderes de Estado, em especial no âmbito parlamentar. Mesmo considerando-se a crescente desimportância da política partidária na representação dos novos contingentes populacionais urbanos, a mulher na política abre uma brecha nos persistentes discursos da cultura patriarcal, que ainda reserva lugares marcados para homens nas instâncias decisórias do poder.

Assim, analisar as relações de gênero por meio da representação midiática das mulheres candidatas nas eleições de 2006, no Brasil, implica revisitar alguns conceitos-chave para a compreensão dos discursos produzidos pelo jornalismo. Uma das propostas do projeto de pesquisa é realizar um mapeamento de conceitos que são considerados fundamentais para o entendimento da presença da mulher na política brasileira, tendo em vista sua representação midiática. Por esta razão, conceitos como minoria, hegemonia, estereótipo, senso comum, esfera pública e política serão trabalhados ao longo da pesquisa, com o propósito de empreender a inter-relação com os estudos em comunicação.

Não se pretende, agora, uma abordagem ampla e completa de tais conceitos. O objetivo, neste primeiro momento, é tão somente destacar como as estratégias narrativas midiáticas – inseridas no contexto das relações entre jornalismo, política e representação da figura feminina – produzem configurações ideológicas com nítidas conformações estruturantes do pensamento hegemônico.

Acredita-se que, na sociedade atual, as estratégias narrativas midiáticas consubstanciam o que se entende pelo senso comum. A mídia naturaliza versões e noções definidoras de padrões e estigmas, funcionando como a mais eficaz

estrutura na corroboração de valores e na função de agenciadora do senso comum.

Neste sentido, vale destacar a noção com que o filósofo pragmatista norte-americano Richard Rorty trabalha o pressuposto do que constitui o senso comum. Para ele, trata-se de uma idéia imobilizadora, na medida em que congela conceitos e propostas, impossibilitando a adoção de busca coletiva em direção a novas posturas, inclusive àquelas mais socialmente inclusivas, porque capazes de re-interpretar valores, ideologias e proposições.

Quando o senso comum é posto em causa, os seus adeptos começam por responder generalizando e tornando explícitas as regras do jogo de linguagem a que estão habituados a jogar. Ser de senso comum é partir do princípio de que os enunciados bastam para descrever e julgar crenças, ações e vidas (RORTY, 1992: 104).

Desta maneira, narrativas fincadas em estratégias do senso comum funcionam com o propósito de reforçar as idéias concebidas e vigentes hegemonicamente na sociedade. Na verdade, a idéia centrada no senso comum possui uma retórica certamente bastante assimilável, porque reconhecida com facilidade, carregada de pressuposições e pré-julgamentos com enfoque arraigado e incrustado psíquica e socialmente.

O pensamento pautado no senso comum, como argumenta Rorty, não possui autoconsciência e é característico daqueles que descrevem tudo com um vocabulário a que se está habituado. Portanto, para ele, ser do senso comum é partir do princípio de que apenas alguns enunciados bastam para descrever e julgar as crenças, ações e vidas. O autor frisa ainda que, quando o senso comum é posto em causa, seus adeptos começam a responder generalizando e com a argumentação final do que constitui a verdade. Esta postura revela uma posição imobilizadora e incapaz de averiguar novas alternativas de reflexão e pensamento.

Sendo assim, pode-se admitir que, de uma maneira geral, grande parte do fluxo discursivo existente na atualidade se torna responsável pela permanência de estruturas sociais onde o preconceito e a exclusão consolidam-se como regra. Dentre as práticas agenciadoras desta estrutura, encontram-se as piadas, os chistes populares e as anedotas, mas também, e de maneira extremamente mais consolidadora, porque massiva, as mensagens difundidas pela mídia.

É justamente nessa arena midiática que ainda se vêem perpetuar manifestações estereotipadas sobre as mulheres que disputam ou que já ocupam cargos de poder. A grande questão é que o jornalismo de declaração, porque vinculado ao jornalismo-espetáculo, costuma desviar a discussão dos programas de governo, propostas dos candidatos, valores morais, etc., para se concentrar em mesquinharias políticas, assuntos menores, fofocas referentes, principalmente, à vida pessoal de candidatos e candidatas. Quando mulher, então, logo tratam de comentar o seu estado civil (se solteira, casada ou divorciada), a sua maneira de se vestir, o seu jeito de falar, os seus atributos físicos, etc.

Caso emblemático, nesse sentido, foi a declaração do candidato César Maia (PPS), durante a campanha à Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2004, quando concorria com a então candidata Jandira Feghali (PCdoB). Quem lembra é a própria candidata, que, nas eleições de 2006, concorreu para o Senado Federal pelo Rio de Janeiro, sendo derrotada por Francisco Dornelles (PP):

Eu acho que a sociedade tem preconceito com a mulher, sim, ainda, e em várias áreas. O Prefeito César Maia, por exemplo, na campanha da prefeitura, em 2004, ele jamais usaria o cabelo de um adversário homem para gerar preconceito. Meu cabelo encaracolado, que não é arrumadinho, que não é nórdico, nem bonitinho, foi motivo de muitas matérias na imprensa, e que a mídia comprou, e foi razão de muitas piadinhas e brincadeiras em relação a mim na campanha eleitoral. Coisa que com um homem não... ele não tem cabelo e eu não brinquei com isso, com a calvície dele. Quer dizer, nós não temos por norma esse tipo de uso de características pessoais, de características estéticas para ficar fazendo luta política. Coisa que ele fez e que usou contra uma adversária mulher. Então isso existe, na política, na luta política e na sociedade também³.

Nessa mesma linha, a Folha de São Paulo, do dia 31 de dezembro de 2006, publicou uma matéria cujo título era: “Governadoras dizem ter sofrido ataque machista na eleição”. A governadora Ana Júlia (PA) disse que chegou a ser chamada de burra e de ‘galinha’, por ser separada, e a também governadora Wilma de Faria (RN) declarou, nesta mesma matéria, que sofreu discriminação pelo fato de ser divorciada. Perguntada se o estado civil afeta a vida política das mulheres, Ana Júlia afirmou:

A impressão que se tem é de que as mulheres não podem levar uma vida normal. Que não podem se casar, se divorciar, gostar de outras pessoas! Elas são logo tachadas, humilhadas por isso. Chega um momento em que essas questões pessoais tornam-se mais importantes do que a própria vida política. A representação das mulheres acaba sendo pautada por isso. E aí vale qualquer coisa. Infelizmente. Vale a mentira, vale a calúnia. Aí vale qualquer coisa.

- E em relação aos homens? A senhora considera que isso é diferente?

Em relação aos homens isso é visto como uma qualidade. O homem, logo dizem “ah! Ele teve várias mulheres. Esse homem é fantástico”. Quando um homem surge com uma namorada, logo dizem “que coisa maravilhosa”. Com as mulheres não há isso. Elas já são logo as galinhas. O que é exaltado nos homens é criticado nas mulheres. Isso mostra que só por ter uma vida normal as mulheres já são discriminadas. E discriminada mesmo, como você pode ver que aconteceu comigo, na campanha eleitoral. Esse tipo de preconceito continua crescente. Crescente! Eu fui atacada por conta disso. E ainda sou⁴.

³ Entrevista a Gabriela Nóra, em 26 de março de 2007.

⁴ Entrevista a Giuliana Santos, em 23 de abril de 2007.

Somada ao jornalismo de declaração, cujo objetivo principal parece ser o de transmitir ao público a idéia de que a política é um campo de guerra⁵, a prática das previsões, “pelas quais o jornalista não apenas assegura poder contar as histórias passadas que descobriu como também pode contar a história do futuro e explicar o presente em face do que ainda virá” (GOMES, 2004: 353), é mais uma das estratégias empregadas na cobertura de campanhas. Advinham-se resultados, especula-se sobre quem ganha, quem perde, quem pode constituir ameaça aos líderes, etc., mas, como ressalta Gomes, não há qualquer preocupação em se confrontar o que foi previsto com os resultados de fato. Isto porque, “quem brinca de adivinhar no jornalismo raramente sofre qualquer consequência pela falsa revelação do futuro” (ibidem).

As sondagens ou pesquisas de opinião constituem instrumento-chave na cobertura de campanhas, já que satisfazem importantes critérios de noticiabilidade jornalística. Por meio de um enquadramento competitivo, registram-se os avanços e os desempenhos dos candidatos, com destaque para os que ocupam posições de liderança ou se encontram em processo de ascensão; tudo, justificado pelas pesquisas: “Não é raro os jornais usarem os índices das pesquisas de opinião pública como critério para distribuir o tempo ou o espaço de cada candidato na cobertura de campanha” (GOMES, 2004: 157).

Assim, cada um obtém tempo proporcional aos seus índices. Afinal, parecem concluir os editores, o interesse da audiência em determinado candidato cresce à medida que o seu desempenho cresce nas pesquisas. Aqui, vale empregar a clássica expressão horse-race ou “cobertura tipo corrida de cavalo” (BROH apud GUTMANN, 2006: 44) para se referir ao dispositivo usado para representar esse tipo específico de cobertura midiática. Segundo Gutmann, a metáfora “corrida de cavalo” foi apropriada pelos estudos de jornalismo para embasar a crítica à cobertura eleitoral interessada apenas pela posição dos candidatos na disputa, negligenciando, pois, seus programas e idéias:

Um cavalo não é julgado por sua velocidade ou talento absolutos, mas em comparação com a velocidade de outros cavalos e, em especial, por suas vitórias e derrotas. Similarmente, candidatos são levados a discutir outros candidatos; eventos são entendidos num contexto de competição; e indicar um vencedor se torna um tópico importante. A corrida, não o vencedor, é a história. A imagem, a personalidade, a equipe e as estratégias dos candidatos são os focos principais da reportagem (BROH apud GUTMANN, 2006: 45).

As análises do noticiário e das entrevistas realizadas com as candidatas que mais se destacaram no período indicam que pouco se tem avançado na melhoria das relações de gênero no Brasil. O cruzamento das notícias veiculadas na grande mídia com as impressões e experiências relatadas pelas entrevistadas revela um quadro que ainda hoje aponta para a inferiorização da mulher na sociedade.

⁵ Nesse contexto, grandes eventos não são necessários para a produção de notícia; bastam algumas declarações de personalidades políticas para que os jornalistas tenham pauta para dias de ataques e contra-ataques verbais (GOMES, 2004: 349).

Não obstante, admite-se que, ao longo da história, a mulher conquistou maior visibilidade pública, saindo dos espaços estritamente privados para ocupar posições de destaque nas esferas do poder. Entretanto, ou talvez por esta razão, definições clássicas como os conceitos de minoria (referente àqueles desprovidos de voz ativa nas instâncias de Poder e inseridos nos dispositivos simbólicos de luta contra-hegemônica) e hegemonia (no sentido gramsciniano de dominação por consenso) devam ser revisitadas e reinterpretadas, com o objetivo de instrumentalizar uma melhor compreensão do momento atual em que as mulheres, certamente, se posicionam em melhores condições que em períodos passados.

Entretanto, não se pode esquecer que ainda hoje a mulher é vítima de preconceitos e de representações estereotipadas, sobretudo quando – como no caso das candidatas a cargos públicos de destaque na política – ambiciona ocupar funções tidas como eminentemente masculinas. Sabe-se que, historicamente, a categoria “mulher” se configurou de fato como um grupo minoritário, inserida, enquanto grupo social organizado e marginalizado, no interior da luta contra-hegemônica. Reivindicou o direito de voto, a inserção no mercado de trabalho, a redução da jornada de trabalho, punições mais rígidas aos seus agressores e uma série de outros direitos que, juntos, integram um fenômeno sociológico importantíssimo dos últimos séculos.

Pode-se mesmo dizer que a mulher já tem condições, em termos legais e sociais, para trafegar por áreas antes restritas ao universo masculino. Hoje não seria, portanto, minoria, na acepção anteriormente vista do conceito. A sua inserção em campos estratégicos para o desenvolvimento da dinâmica social, como o é a política, apesar de lenta e numericamente baixa, estabelece por si só, relações novas.

Embora não domine a cena pública, só o fato de ter saído do espaço privado já faz com que lhe sejam direcionados outros olhares. O que se tem acompanhado, nos últimos anos, em todo o mundo, é a feminilização do espaço público. Mulheres inserindo-se nas atividades públicas, disputando e conquistando posições de poder na sociedade, não mais exclusivamente em função de um vínculo ou parentesco com alguma personalidade política masculina – embora esse tipo de inserção na vida pública ainda seja bastante comum –, mas, principalmente, pela imposição da sua fala.

Não obstante, como destacado pela candidata à Presidência da República nas eleições de 2006, Heloísa Helena (PSOL), nem sempre o fato de existirem mulheres ocupando cargos de poder significa mudanças efetivas e ganhos reais para a causa feminina:

Em relação à participação das mulheres nas instâncias de decisão política, nos espaços de poder, muitas vezes existem as que necessariamente lá estão não pela sua participação pessoal, mas também pela participação de outros homens; muitas mulheres que se tornaram parlamentares ou chefe de executivo eram esposas de homens, ou filhas, que acabaram sendo introduzidas não necessariamente porque tinham uma luta cotidiana, uma participação política, mas, às vezes, até “usadas” por chefes políticos masculinos.

Claro que algumas dessas souberam romper com esses laços e buscaram ter uma vida própria, visibilidade própria [...]. Também, muitas de nós, embora tenhamos a estrutura anátomo-fisiológica feminina, o aparelho reprodutor feminino, sejamos mulheres anatomicamente, muitas vezes nós estamos no mundo da política representando, não o universo feminino, não uma forma nova de se inserir no mundo da política, mas reproduzindo também toda essa concepção de sociedade excludente, injusta⁶.

Logo, como observa a feminista Maria Betânia Ávila, o grande problema é que “o movimento atua em uma sociedade desigual, que atualiza sempre as formas de exercício da desigualdade”:

Se as mulheres conquistaram o direito ao trabalho, que se pague menos a elas. Se atingiram o direito ao prazer, que se exija delas um padrão inatingível de corpo, para fabricar a frustração. Se querem deixar de ser objeto dos maridos, que assumam sozinhas a responsabilidade pela educação dos filhos. Por isso, a luta continua⁷.

Pode-se dizer que a trajetória política feminina no Brasil começa com a conquista do voto, em 24 de fevereiro de 1932. Assim como em outros países democráticos do ocidente, as mulheres só conseguiram gozar deste direito muito depois dos homens. Segundo o artigo 70 da primeira Constituição Republicana brasileira, promulgada em 1891, eram “eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem em forma da lei”. Embora o texto não expressasse a intenção dos legisladores em excluir as mulheres, deste modo ele foi interpretado por quem o aplicou, anos mais tarde.

Assim como a Constituição de 1824 (Constituição Política do Império do Brasil, outorgada por D. Pedro I), a Constituição de 1891 manteve a concepção restritiva da participação eleitoral. Os direitos civis foram estendidos aos “cidadãos simples” (aqueles que possuem os direitos civis, mas não os políticos), mas o direito pleno era privilégio dos “cidadãos ativos” (aqueles que possuem os direitos civis e os políticos) (AVELAR, 2001). Desta forma continuariam de fora do quadro eleitoral os pobres — seja pela renda ou alfabetização —, os mendigos, as mulheres, os menores de idade e os membros de ordem religiosa.

Ao se recuperar as primeiras manifestações das mulheres brasileiras na direção de maior igualdade, nota-se que a estrutura patriarcal e a posição hierárquica da mulher no contexto social não possibilitavam ações muito incisivas. O máximo que se observou foi o surgimento de publicações, como o jornal O Mentor das Brasileiras (1829 a 1832), organizado por senhoras de classe alta, que tinham como objetivo ser úteis à sociedade. As mesmas que, em 1870, começaram a reivindicar a extensão da educação às mulheres como a chave para sua emancipação.

A inclusão política da mulher ocorre no bojo da Revolução de 1930, o que não garantiu melhorias no campo dos direitos civis e sociais. Nesta época, o

⁶ Entrevista a Gabriela Nóra, em 14 de abril de 2007.

⁷ CAPRIGLIONE, Laura. Folha de São Paulo. Caderno especial sobre a mulher, publicado em 8 de março de 2007.

direito feminino ao voto era visto como uma ameaça à família. A idéia do público e privado era extremamente conservadora e, para os olhos de uma sociedade patriarcal, lugar de mulher era dentro de casa. No entanto, nem todas pensavam assim. E aos poucos as mulheres foram se organizando para conquistar sua cidadania. O movimento foi longo. Decorreu durante 40 anos, ganhando força nos anos 1920, quando surgiu a primeira organização das mulheres, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que tinha como principal bandeira a igualdade de condições com os homens e o direito ao voto.

No início da década de 20, em 1922, surgem as primeiras líderes do movimento das sufragettes formado por médicas, dentistas, escritoras, advogadas, escultoras, cientistas, engenheiras e outras diversas profissões. Algumas eram parentas de políticos da alta elite, o que facilitava as reivindicações do grupo. Mesmo assim, elas sofreram inúmeros preconceitos, sendo tachadas pela imprensa como histéricas e inferiores. O grande salto para a conquista feminina veio pelas mãos de um homem, Juvenal Lamartine de Faria. Eleito governador do Rio Grande do Norte, em 1927, ele faz mudanças no código eleitoral de seu Estado, concedendo à outra metade da população brasileira o pleno direito de exercer seus direitos políticos. No entanto, o decreto do presidente Getúlio Vargas, legitimando o voto feminino para todas as brasileiras, só viria a acontecer cinco anos depois, em 1932.

Neste período, o movimento feminista tinha como principais temas: os interesses das mulheres trabalhadoras, a educação em colégios mistos, as mudanças legislativas que considerava a mulher casada incapaz, carestia e a emancipação econômica. Com a ditadura do governo Vargas (1937-1945), o feminismo se diluiu, permanecendo enfraquecido até o final dos anos 70. Apesar disso, as eleições de 1965 e 1966 – as primeiras realizadas após o Movimento de 64 –, foram marcadas pela grande quantidade de mulheres candidatas a cargos eletivos, sendo consideradas o ponto alto da representação feminina na Câmara Federal, que passou de duas para seis deputadas eleitas.

Em 1975, parte da programação do Ano Internacional da Mulher, promovida pela ONU, foi realizada no Rio de Janeiro, retomando a força do movimento feminista. O encontro causou tanta repercussão que a partir dele foi criada uma associação permanente de debates, o Centro da Mulher Brasileira (CMB), considerada a primeira organização feminista a se constituir após 64, culminando no fechamento da maioria das associações de caráter popular e democrático.

Nas eleições de 1978, segundo pesquisa realizada por Fanny Tabaki e Moema Toscano⁸, ficou constatado que a maioria das mulheres (total de 343 entrevistadas) achava válida a participação efetiva da mulher na política, além do voto. No entanto, quando questionadas como seria tal atuação, 51,7% não consideravam a chance de dar entrada a um partido político. Mas, o que mais chamou atenção na pesquisa foi o preconceito das mulheres para o tema. De acordo com 40,5% das entrevistadas, a principal justificativa para a não-participação se dava por considerarem ‘política coisa de homem’, ficando visível

⁸ Autoras do livro *Mulher e Política* (1982), onde publicaram uma pesquisa realizada com cerca de 350 mulheres, moradoras da cidade do Rio de Janeiro, durante as eleições de 1978.

o peso do condicionamento cultural na definição dos papéis sexuais e na aceitação de inúmeros estereótipos. O descrédito dado ao desempenho da mulher no campo político é um deles. Isto é, se elas estivessem mais representadas no Poder Legislativo significaria, efetivamente, uma mudança qualitativa para melhorar a condição da mulher no Brasil.

Para Lucia Avelar, no entanto, a noção da qualidade não passa pelo quantitativo, mas pela conscientização. Segundo a autora, a questão-chave não é eleger mais mulheres, e sim eleger mulheres feministas. Ou seja, mulheres conscientes do status inferior da mulher na sociedade e na política. Para Avelar “o feminismo, como uma ideologia política, é elemento crucial na construção de identidades políticas femininas porque é um conjunto estruturado de idéias que guia a ação política”. E mais: “é a consciência de que as mulheres são discriminadas e não usufruem das mesmas condições de igualdade do que os homens” (AVELAR, 2001: 24). Nesse sentido, vale destacar a interpretação de Heloísa Helena acerca das recentes eleições de mulheres a cargos públicos de destaque no Brasil e em outros países:

simbolicamente, eu posso até comemorar o fato de ter mais mulheres ocupando as instâncias de decisão política e os espaços de poder. Mas eu não posso ser desonesta intelectualmente, nem cínica como mulher, e dizer que a eleição de uma estrutura anatômica igual a minha, por ser mulher, ela significa necessariamente ganhos para a luta das mulheres, ganhos para acumulação de forças, para a transformação de uma sociedade⁹

De fato, o feminismo foi a base de todas as transformações sociais ocorridas com as mulheres. A conscientização desta realidade fez crescer o movimento contra a marginalização feminina das esferas do poder. Ao longo das últimas sete décadas, desde que adquiriu o direito de ir às urnas, o número de mulheres aptas a votar cresceu continuamente. Entretanto, o número de mulheres eleitas permaneceu baixo. Apenas com a redemocratização do país, em 1980, é que houve um novo salto na representação feminina. De duas deputadas eleitas, em 1978, passou-se para 29, em 1998.

Hoje, 75 anos após a conquista do voto, a opinião pública considera a exclusão das mulheres do exercício do poder político uma ação antidemocrática que precisa ser mudada em nome da justiça equitativa entre os dois sexos. A política de cotas, aprovada pelo Congresso Nacional em 29 de setembro de 1995, com o intuito de garantir um percentual para as candidaturas femininas, foi uma dessas tentativas. Em sua primeira versão, a política de cotas estipulava que 20% das vagas de um partido deveriam ser reservadas ao sexo feminino. Atualmente cresceu para 30%. Mas, na prática, apesar da considerável evolução da representatividade feminina, os números nunca foram cumpridos. Ou pela falta real de candidatas, ou pela posição ainda sexista dos partidos que nada ou quase nada investiram na formação política da mulher e no apoio efetivo às candidaturas femininas. Ou seja, ainda hoje, os direitos de cidadania são uma instituição em desenvolvimento.

⁹ Entrevista a Gabriela Nóra, em 14 de abril de 2007.

Contudo, apesar de insatisfatório, é importante lembrar que o aumento da representatividade feminina a partir de 1996 foi visível e tem como principal aliado a política de cotas. De acordo com a lei, os partidos devem reservar 30% de suas vagas para candidaturas femininas. Em sua estréia, o resultado da nova lei foi considerado muito bom: em termos absolutos, o número de vereadoras em todo o país passou de 3.952, em 1992, para 6.536, em 1996, representando um crescimento relativo de 65,4% (ALVES, 2003: 22).

No entanto, a política de cotas não conseguiu acabar com a exclusão feminina. Nenhum partido até hoje conseguiu cumprir a porcentagem estipulada e muito pouco ainda se faz para que as mulheres realmente ocupem posições privilegiadas dentro dos partidos. Quem explica é a candidata ao Senado pelo Rio de Janeiro, Jandira Feghali:

As cotas, por si só, elas ajudam, mas não resolvem tudo. O fato de existirem as cotas, faz com que os Partidos olhem para a questão da candidatura das mulheres. [...]. Mas, muitas vezes, você não tem mulheres que queiram se candidatar, mulheres que possam se candidatar, e acaba cumprindo formalmente: coloca os nomes para cumprir a lei. Nem todo mundo ali é candidato para valer. Isso acontece mesmo; isso acontece no geral. Agora, mesmo com a lei das cotas – isso é verdade – o Partido põe as mulheres, mas não dá o recurso, nem dá o tempo de televisão, ou seja, não sustenta a candidatura. Então, [...] a cota, ela é importante, desde que seja sustentada também por uma estrutura de campanha¹⁰.

Uma prova disso é a baixa presença de mulheres nos altos cargos governamentais. No Brasil, a primeira mulher a chefiar um ministério foi Esther de Figueiredo Ferraz, que se tornou ministra da Educação, em 1982. No governo de transição política, entre 1985 e 1990, três mulheres ocuparam cargos ministeriais. O governo Collor (1990-1992) incluiu duas mulheres em seu gabinete: uma ministra da Economia e uma ministra da Ação Social.

Com o impeachment do presidente e a posse de seu vice, Itamar Franco, Yeda Crusius assumiu o Ministério do Planejamento e Luiza Erundina assumiu como ministra da Administração. Em 1994, uma mulher passou a ocupar a pasta do Ministério da Indústria e Comércio. No governo Fernando Henrique Cardoso, Claudia Costin ocupou a pasta do Ministério da Administração que, em seguida, tornou-se Secretaria Especial do Governo (AVELAR, 2001: 98).

No Ministério das Relações Exteriores, em 1995, entre 98 embaixadores apenas três eram mulheres, o que significa 3,52%. Em 1998, há um mínimo aumento no percentual, passando para 3,87%, e, em 2000, o percentual passa para 4,45%. Em 2003, cinco ministras tomaram posse (Meio Ambiente, Assistência e Promoção Social, Minas e Energia e das Secretarias Especiais de Política para Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). Este foi o maior número de mulheres registrado na chefia de pastas do primeiro escalão do governo federal, sendo importante salientar que três delas eram afro-descendentes (PIOVESAN, 2006: 43).

¹⁰ Entrevista a Gabriela Nóra, em 26 de março de 2007.

Nos Tribunais Superiores, a representatividade feminina também é muito baixa. Em 1995, não há uma mulher sequer nesta esfera do poder. Já em 1998, há um pequeno acréscimo, com 2% das vagas ocupadas por mulheres; em 2001, a porcentagem sobe para 8,20%, e, em 2003, para 9,09%. A primeira ministra a ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal foi Ellen Gracie Northfleet, indicada para o cargo em 2000 e promovida a Presidente em 2006.

Já no Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo dados de 2004, há 28 homens e cinco mulheres atuando. No Tribunal Superior do Trabalho (TST), há apenas uma ministra, contra 16 ministros.

É relevante assinalar que, na primeira instância, o número de juízas do trabalho supera o de juízes. Além da baixa participação de mulheres nas altas cortes de Justiça, percebemos a ausência de representatividade feminina nos Tribunais Superiores Eleitoral e Militar (PIOVESAN, 2006: 45).

Esses números colocam o Brasil no 103º lugar no pódio mundial de representatividade feminina numa Democracia Representativa, entre um total de 137 países. Se restringir o número à participação das mulheres no parlamento, o Brasil também fica bem atrás, ocupando o 130º lugar, numa lista de 172 países. Nesse indicador, segundo matéria publicada na Folha de São Paulo, o Brasil aparece com uma das menores participações femininas no legislativo, com apenas 9,1% dos parlamentares mulheres. É o pior índice da América do Sul: fica à frente apenas de Guatemala e Haiti na América Central, e é inferior até a nações árabes como Síria, que tem 12% de mulheres no Parlamento¹¹.

Os dados trabalhados a seguir se referem principalmente à análise quantitativa realizada pelo grupo de pesquisa. Foram selecionadas para avaliação todas as matérias que citavam mulheres candidatas nas eleições de 2006, publicadas pelos jornais Folha de São Paulo e O Globo, entre os meses de julho de 2006 e janeiro de 2007. Após a triagem inicial, foi realizada uma análise do tratamento dado (espaço, notoriedade) em relação a cada uma delas.

Foram analisados, em relação às matérias, os seguintes indicadores: título; notas; fotografias; seção em que a matéria foi publicada e se esta tinha chamada na primeira página do jornal; espaço ocupado; quais eram as fontes consultadas e tipo de produção (notícia; texto opinativo — artigo ou seção de colunista), entre outros aspectos.

Destaca-se que a análise quantitativa foi utilizada apenas como um suporte para a pesquisa, que contou, em sua maior parte, com a problematização da questão feminina em um eixo histórico e social. Refuta-se, assim, uma análise baseada em critérios puramente numéricos. Marco Dias, no livro *O Jornal: da forma ao sentido*, reforça que, já na década de 1960, Maurice Mouillaud, profissional que introduziu as técnicas de análise de conteúdo na França e, indiretamente, no Brasil, já advertia seus alunos sobre o problema do

¹¹ GÓIS, Antônio. Folha de São Paulo, 'Elas Vivem mais e ganham menos', matéria publicada no caderno especial sobre mulher, em 08 de março de 2007.

uso exclusivo de critérios puramente quantitativos (nos moldes da pesquisa de conteúdo norte-americana):

[Mouillaud] dizia-nos que a tendência dos pesquisadores em se limitar ao conteúdo manifesto provocava a eliminação de conteúdos latentes que não são quantitativos. O resultado (...) é que o analista, sintetizando dados totalmente declarados, encontrava, após um longo trabalho e muita energia despendida, o que não era segredo para ninguém... (...) [Hoje, no trabalho de Mouillaud] as técnicas quantitativas foram definitivamente jogadas às favas (...), além disso [o autor] acredita que o estudo em profundidade da realidade exige, prioritariamente, a compreensão do indivíduo – em particular dos profissionais da mídia – situado em um meio social e em um momento histórico determinados (PORTO, 2002:10).

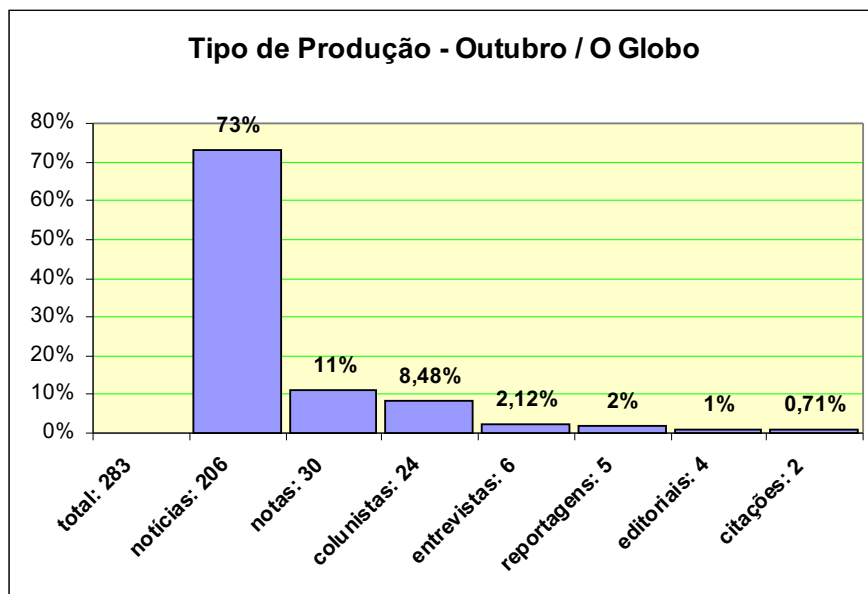
Desta forma, apresentar-se-ão, em seguida, alguns resultados, que serão devidamente contextualizados e comentados. Foram 1021 textos jornalísticos distintos analisados, no jornal O Globo, e 792 na Folha de São Paulo. A maior parte das informações era composta por notícias, que tratavam basicamente de andamento de campanhas, agenda de candidatos, apresentação de propostas e, em número fortemente significativo, divulgação de pesquisas eleitorais, divulgadas por grandes institutos de pesquisa do país. Logo depois, aparecem como mais recorrentes: notinhas (de colunistas ou apenas linhas inseridas ao longo de diversos espaços, nas páginas daqueles jornais), artigos assinados (por colunistas dos próprios jornais ou não) e reportagens, entre outras produções.

A grande presença de conteúdo estritamente noticioso e não de textos opinativos demonstra, nos dois jornais, o caráter ainda pretensamente não posicionado da imprensa brasileira — ou seja, textos caracterizados pela forma padrão do jornalismo voltado para o mercado (nos moldes norte-americanos, surgidos na segunda metade do século passado): lead + sublead, sendo composto, ainda, por conteúdo suitado, marcado pela presença de ilustrações, boxes, gráficos.

Como exemplo do trabalho realizado, apresentam-se os resultados obtidos em relação ao mês de outubro, para “tipo de produção” e “seção”, nos jornais O Globo e Folha de São Paulo, respectivamente.

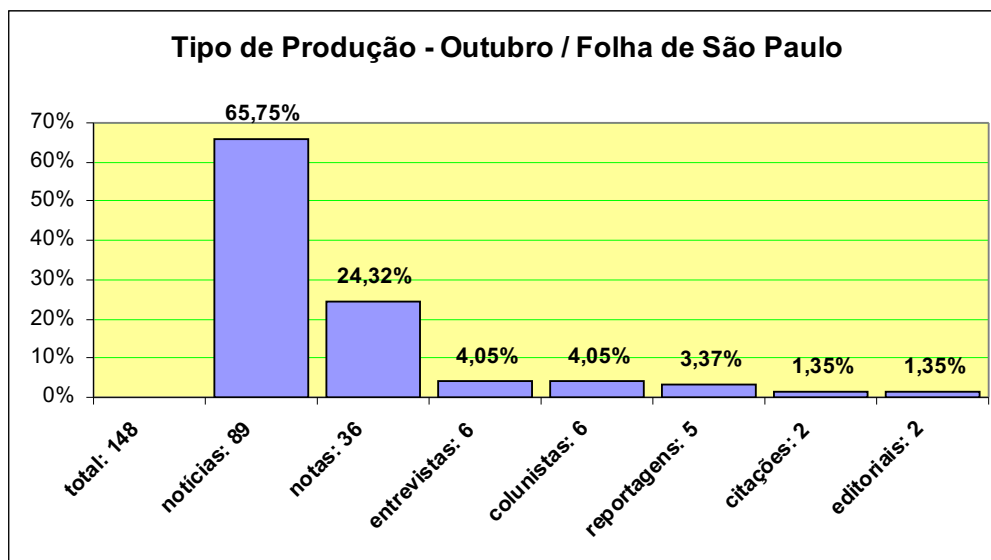
Durante outubro, foram analisados 283 textos jornalísticos do jornal O Globo. A cobertura sobre as mulheres candidatas a cargos eletivos esteve concentrada basicamente em notícias (73%). Em seguida, apareceram como mais recorrentes as notas (11%) e colunas (8,48%):

Gráfico 1



Em relação ao mesmo mês, no jornal Folha de São Paulo, verificam-se resultados muito parecidos: a cobertura jornalística sobre as mulheres candidatas a cargos eletivos esteve concentrada basicamente em notícias (65,75%); em seguida, são mais recorrentes notinhas (24,32%), artigos assinados por colunistas (4,05%) e entrevistas (4,05%):

Gráfico 2



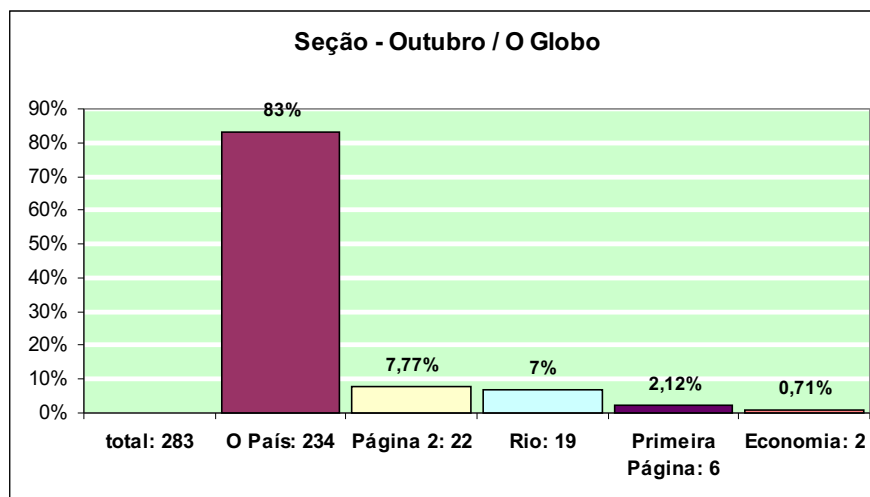
A grande presença de notícias reforça o que se afirmou anteriormente: uma imprensa marcada pelo conteúdo ainda basicamente informativo (em oposição à imprensa opinativa) — formato que entra, atualmente, em questão, com o crescimento das mídias digitais, a gradativa redução do número de leitores de jornais impressos e, com isso, a necessidade de reformulação destes

veículos. Além disso, a presença de notas é bastante recorrente no jornal O Globo: elas aparecem espalhadas em todas as editoriais, notadamente nas seções “Rio” e “O País”, que foram duas editoriais importantes durante o trabalho. Notas e seções assinadas por colunistas, como Tereza Cruvinel (política) e Ancelmo Gois (variedades, com ênfase em sociedade e política), foram de grande importância para que se pudessem destacar pontos significativos do jornal carioca.

É interessante ressaltar que a predominância de notícias, notas, reportagens e seções assinadas por colunistas apresenta frequência bastante semelhante tanto ao longo dos sete meses analisados, como entre os dois jornais. No tocante a número de editoriais, a Folha publicou mais textos sobre mulheres candidatas que O Globo: enquanto, entre julho de 2006 e janeiro de 2007, o jornal de São Paulo publicou 36 editoriais sobre as candidatas, no jornal do Rio de Janeiro foram apenas seis, no mesmo período.

Em relação à seção na qual as matérias foram publicadas, notou-se que, no mês de outubro, em O Globo, “O País” foi a seção que concentrou a maior parte das matérias: 83% dos 283 textos jornalísticos analisados foram publicados nesta seção do jornal. A segunda mais recorrente foi a “Página 2”, concentrando 7,77% dos textos¹². A editoria “Rio” do jornal concentrou 7% das matérias:

Gráfico 3

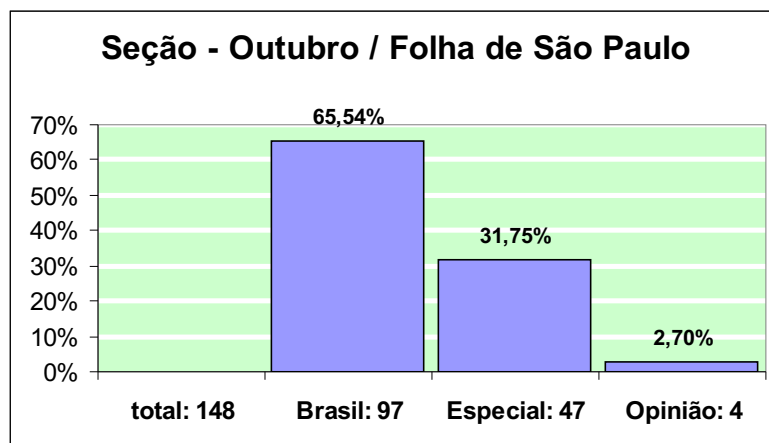


Na Folha de São Paulo, a seção que concentrou a maior parte das matérias analisadas foi “Brasil”: 65,54% dos 148 textos jornalísticos analisados foram publicados nesta editoria do jornal. Por ocasião do dia Internacional da Mulher (8 de março), foi editado um caderno “Especial”, no qual foram

¹² A “Página 2” de O Globo é um espaço importante do jornal: matérias que, apesar de serem de destaque, não aparecem na Primeira Página, comumente têm suas chamadas publicadas na Página 2. Além disso, é nesta página que é publicada a foto-destaque da edição e a coluna de política, assinada pela jornalista Tereza Cruvinel.

encontrados 31,75% dos textos publicados. A editoria “Opinião” do jornal concentrou 2,70% das matérias¹³:

Gráfico 4

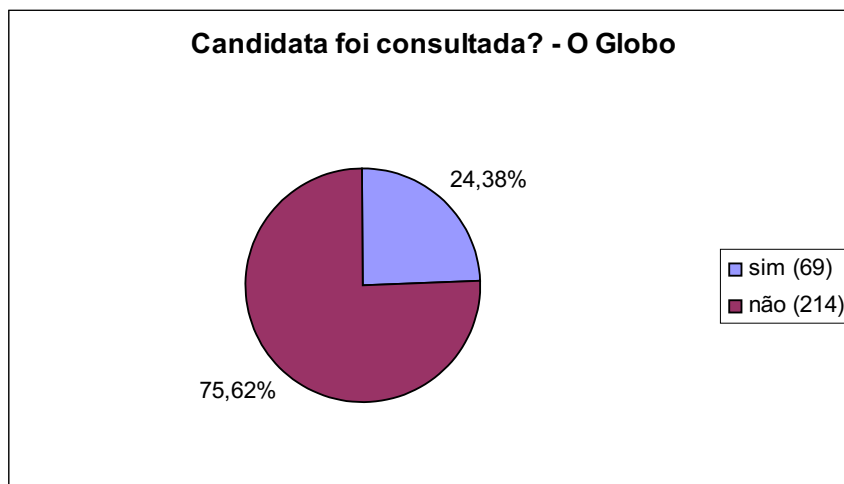


A corrida presidencial e as eleições em todo o Brasil justificam a predominância da editoria nacional (“O País”/“Brasil”) sobre as demais seções. O Globo é um jornal de projeção nacional. Conseqüentemente, é possível entender porque, mesmo sendo uma publicação do Rio de Janeiro, uma figura política como a então candidata à Presidência da República, Heloísa Helena, teria mais visibilidade que a candidata ao Senado pelo Rio de Janeiro, Jandira Feghali. Em contrapartida, os resultados obtidos da análise do jornal carioca demonstram maior diversidade de seções, quando comparados aos da Folha.

Outro dado também analisado refere-se à questão da visibilidade das mulheres. Para tanto, foi utilizado como índice a presença das candidatas na qualidade de fontes jornalísticas. Verificou-se se as candidatas foram ou não consultadas como fontes das matérias. Toma-se, aqui, como exemplo, gráfico relativo ao mês de outubro de O Globo. Durante este mês, as candidatas foram consultadas como fontes em pouco mais de 24% dos 238 textos analisados (o correspondente a 69 matérias). As 214 matérias restantes (75,62% do total) falavam sobre as candidatas, mas não as consultavam:

Gráfico 5

¹³ Nos gráficos 3 e 4, as demais seções do jornal (editorias, cadernos, suplementos) não foram consideradas pelo fato de não terem publicado matérias sobre a temática em questão, no mês considerado.



Esta é uma questão delicada para ser tratada, principalmente quando se trabalha com estatísticas e fatores estritamente numéricos. À primeira vista, pode-se dizer que a presença feminina, como sugeriria o gráfico, seria extremamente desfavorável, em relação aos homens. Seria possível afirmar que a mulher é sumariamente subjugada nas páginas de jornal, sendo colocada à margem, nem mesmo sendo consultada como fonte de matérias que citam seu nome.

Porém, é preciso destacar alguns fatores que levaram a este resultado, que se repete em ambos os jornais, e durante todos os meses analisados. Primeiramente, a questão da divulgação de pesquisas eleitorais: muitas das notícias apenas divulgavam pesquisas de opinião, de intenção de voto, citando as candidatas, mas sem publicar conteúdo que realmente demandasse consulta a elas. Ou seja, trata-se de um ponto que, no gráfico aparece na categoria “fonte não consultada”, mas que, apesar disso, não consiste em fator preocupante, já que, assim como as mulheres citadas nestes textos, os homens citados também não foram consultados.

Entretanto, é possível afirmar, sim, que a presença da mulher candidata como porta-voz nos jornais é inferior a do homem candidato: antes de tudo, pelo fato de serem elas em menor número, durante as eleições e, em segundo lugar, pela recorrência de alguns episódios curiosos. Um destes episódios se passou no Rio de Janeiro: a candidata Denise Frossard, do PPS, em uma coligação com o então PFL, concorria ao Governo do Estado. Mesmo sendo a figura central da coligação, justamente por ser candidata, em muitas das matérias, quem respondeu por sua campanha foi o prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, do PFL, espécie de padrinho político de Denise Frossard. O fato de o prefeito ser uma figura notoriamente midiática talvez tenha contribuído mais ainda para que sua presença fosse mais marcante que a presença habitual de um assessor político.

Episódios como este foram os determinantes dos resultados negativos encontrados pela pesquisa, em relação à variável ‘fonte consultada’, em ambos os jornais, em todos os meses estudados. Situações semelhantes aconteceram

quando, em vez de consultar a candidata à Presidência da República, Heloísa Helena, a imprensa consultava o seu candidato a Vice, César Benjamim.

Tais justificativas, apesar de explicarem melhor as porcentagens tão baixas de consultas às mulheres pelos jornais, refletem, sim, uma realidade que, mais que quantificável, pode ser sentida: a voz da mulher ainda não é fortemente presente no jornal. Para além da questão da fonte jornalística, a mulher não é protagonista social, nas páginas dos impressos. Tal assertiva se confirma diante da declaração do próprio ombudsman da Folha de São Paulo, o jornalista Marcelo Beraba, em artigo publicado naquele jornal, no dia 27 de março de 2007, reproduzido na página do Observatório da Imprensa, na Internet¹⁴. O jornalista faz um balanço dos três anos anteriores sobre o que foi publicado pelo veículo e reconhece que as mulheres apareceram menos vezes:

Futebol, governo Lula, a cidade de São Paulo e os Estados Unidos. Muitos homens e poucas mulheres. Aí estão resumidos os principais focos de interesse da Folha nestes três anos em que acompanhei a produção do jornal como ombudsman.

Em outro trecho, Beraba afirma:

Esporte – Numa lista de 22 nomes que mais apareceram, 17 eram do mundo do futebol. (...) Entre os 22, apenas uma mulher, a ginasta Daiane dos Santos.

O ombudsman ainda cita as mulheres, em outro trecho do artigo:

Ilustrada [editoria de cultura da Folha] – Não há nenhum nome onipresente, como em política ou internacional. Os que mais apareceram: Chico Buarque, Fernando Meirelles, Gilberto Gil, Michael Jackson e Walter Salles. Três compositores e intérpretes (um político) e dois cineastas. Na lista, apenas uma mulher, Maria Bethânia.

A respeito da visibilidade e espaço destinado a todos os candidatos, durante as eleições, O Globo publicou, em 2 de julho de 2006, um ‘Estatuto das eleições’, em que estabelecia uma série de critérios para sua cobertura jornalística e parâmetros a serem seguidos por seus profissionais. Diz o jornal, em um trecho do Estatuto:

O espaço destinado a cada candidato será o mais equilibrado possível, respeitando-se sempre os critérios jornalísticos de interesse geral, nos quais o desempenho em pesquisas eleitorais é um dos indicadores, mas não o único.

E, de fato, o critério “pesquisas eleitorais” parece definir a diagramação das páginas do jornal. Não será difícil acompanhar, durante a cobertura do período eleitoral, os candidatos à Presidência da República sendo citados, em textos e fotos, na ordem em que apareciam nas pesquisas — Lula (PT), Alckmin (PSDB), Heloísa Helena (PSOL), Cristovam Buarque (PDT). Em diversas vezes, o jornal simplesmente ignorou os candidatos menores, reservando espaço

¹⁴ www.observatoriodaimprensa.com.br

apenas para os que obtiveram maior destaque nas pesquisas. Em relação ao Rio de Janeiro, o mesmo acontece: enquanto a candidata ao governo do Estado, Denise Frossard (PPS), aparecia em terceiro lugar nas pesquisas, ela era citada sempre após o candidato Eduardo Paes (PSDB), o qual, em segundo, tinha lugar de menos destaque que o primeiro colocado nas pesquisas, o candidato Sérgio Cabral (PMDB). Quando a candidata passa a obter a segunda colocação nas pesquisas, a configuração das páginas de O Globo muda, passando Denise Frossard a dividir os espaços de maior destaque com o candidato Sérgio Cabral.

Um ponto que pode ser questionado no Estatuto é a questão “critérios jornalísticos de interesse geral”. O que seriam tais critérios? A expressão é de sentido vago, pode justificar qualquer tipo de posicionamento, por parte do veículo, como, por exemplo — não só em O Globo, mas em toda a imprensa —, considerar Heloísa Helena como a única candidata à Presidência da República quando, na verdade, havia uma outra mulher concorrendo ao cargo: a candidata Ana Maria Rangel, do PRP. Da mesma forma, candidatos de menor destaque nas pesquisas tiveram menos espaço nas páginas dos jornais: José Maria Eymael (PSDC), Luciano Bivar (PSL), Rui Costa Pimenta (PCO).

Outro destaque com o qual a pesquisa se preocupou foi em tentar aferir a busca de equilíbrio de gênero e sinais de discriminação detectados no tratamento conferido às matérias nas páginas dos jornais Folha de São Paulo e O Globo.

No geral, a pesquisa observou pouquíssimas manifestações de preconceito ou discriminação à mulher. O que se constatou foram, na grande maioria dos textos, matérias que tratavam mulheres e homens simplesmente como figuras políticas, independentemente do sexo, da roupa ou do cabelo. Questões de agenda, coligações políticas, bate-bocas entre adversários, entre outras situações, foram narradas de forma igual para homens e mulheres.

É muito tênue o limite, em algumas situações, para se aferir o que pode ser considerado como discriminação e o que é simplesmente assunto banal, independentemente de questões de gênero. É verdade que ainda se podem encontrar textos tendenciosos, que discriminam a mulher, colocando-a, ainda, como objeto sexual ou como figura deslocada de um espaço, como se a política não pudesse ser seu local de atuação, mas tais textos foram minoria. O que não impede de analisá-los e considerá-los, ainda, como marcas de um jornalismo que não se desvincula do machismo característico do cotidiano.

Uma pesquisa deste porte tem que estar atenta ainda a seções como a do colunismo social — espaço em tese reservado às celebridades, e conseqüentemente ao que comumente se nomeia como invasão de privacidade — e também a expressões de preconceito ou mesmo discriminatórias. Uma questão interessante de se tratar, no tocante aos assuntos banais, citados anteriormente, são as notas de colunistas que, muito além de tratar das questões ditas sérias das vidas de figuras políticas, pautam a sua intimidade e os traços corriqueiros de seu cotidiano. São nesses espaços que se encontrarão linhas falando de penteados, especulações sobre vida amorosa ou, no caso das mulheres candidatas a cargos eletivos, sua vaidade ou seus atributos físicos

capazes de atrair o desejo de homens, manifestando, com isso, certas palavras e considerações machistas.

A coluna do jornalista Ancelmo Gois, na editoria “Rio” de O Globo é um bom exemplo de como a política pode ter, mesmo que momentaneamente, em três ou quatro linhas, sua finalidade esvaziada: a coluna comumente reserva espaço para fotos e comentários, elogiosos ou não, sobre mulheres na política — hábito que não se atém a elas, mas atinge uma série de outras personalidades públicas. Configura-se, assim, um jornalismo que pode tanto ser chamado de leve, despretenso e bem humorado, como fútil e alienado.

Questionadas sobre esse aspecto “informal” do colunismo, sobre seu caráter invasor da intimidade (falando sobre assuntos pessoais, casamento, vestuário, etc.), algumas das principais candidatas nas eleições de 2006 concederam suas opiniões à pesquisa. Para Manuela D’Ávila (PCdoB), que foi eleita Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul, a cobertura de assuntos pessoais

é uma das formas que [jornalistas] utilizam para justificar a eleição de mulheres. Como se nós fossemos parentes de alguém famoso, ou nos elegêssemos por outros atributos que não os políticos¹⁵.

Manuela teve grande destaque na mídia, ao receber a alcunha de ‘musa da Câmara’, que foi largamente utilizada em uma série de matérias. Durante a pesquisa, além da análise das matérias publicadas em versão impressa, foi feita uma sondagem da Folha Online entre os dias 08 de outubro de 2006 e 01 de fevereiro de 2007. A análise mostrou que, em relação à Manuela D’Ávila, o termo “musa” aparecia em mais de 40% das matérias que falavam de sua candidatura, não importando se elas eram assinadas por jornalistas homens ou mulheres. O termo era repetido excessivamente de uma reportagem à outra. Foi perguntado à Deputada como ela avaliava tal comportamento da mídia e se ela considerava ter sido prejudicada, pelo tratamento diferenciado que lhe foi dispensado. “Não acho que tenha sido prejudicada, (...), não cheguei ao Congresso para desfilas”, disse¹⁶.

O fato é que, repetida à exaustão, a alcunha de ‘musa’ se mostrou mais que um registro factual do que acontecia no ambiente político, passando a ser, devido a esta mesma repetição, uma afirmação, também da imprensa, de que Manuela era a musa. O caso da Deputada foi o de maior notoriedade, no tocante à questão de gênero.

Outra candidata do Rio Grande do Sul (que também se elegeu) ouvida pela pesquisa foi Yeda Crusius (PSDB). Eleita a primeira mulher para o Governo daquele estado, Yeda também falou sobre a cobertura de assuntos pessoais, aceitando, em parte, matérias tratando de assuntos fúteis, mas ressaltando características diferenciadoras na cobertura de campanhas de homens e mulheres:

¹⁵ Entrevista a Jean Souza, em 12 de junho de 2007.

¹⁶ Idem.

(...) a gente usa batom, a gente vai ao cabeleireiro, a gente pinta o cabelo. Os homens já estão fazendo isso. Então continuar como sendo importante para uma candidatura, saber como ela se veste, se cruza a perna ou não cruza, se borda ou não borda, se é desquitada ou não é, se é divorciada ou não é, ainda é um resquício que eu creio que se viesse acompanhado de como a pessoa pensa, tudo bem, faz parte. Fica até interessante saber se é alta, magra, loira, morena, se o mesmo fosse feito em relação a candidatura dos homens, mas as candidaturas dos homens, elas são cobertas, na verdade, pela linha ideológica, pelos escândalos que já passaram, enfim, por outras coisas que não as candidaturas das mulheres¹⁷.

Disse ainda a Governadora:

(...) ainda existe aquela cultura de transformar a mulher na aparência e no objeto com que ela foi considerada majoritariamente ao longo de toda a história. É claro que também no passado as pioneiras vieram, fizeram a sua parte, tiveram cobertura, mas é sempre assim. Foram as pioneiras e sofreram bastante para chegar até o lugar onde chegaram. Só que os mesmos elementos que bordavam aquele tempo continuam ainda sendo a maior parte da cobertura das candidaturas femininas¹⁸.

A respeito de discriminação, Denise Frossard, que concorreu ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, afirmou que não observava nenhum tratamento diferenciado por parte da mídia, em relação às campanhas de homens e mulheres¹⁹. Denise disse à pesquisa que não acredita na existência de preconceito em relação a mulheres que pleiteiam cargos públicos, no Brasil: “Hoje, no Brasil, não há preconceito. Porque ninguém diz assim: esta mulher é burra, ela não vai porque ela é burra; ela não vai por isso”²⁰. Denise afirmou, ainda:

A representação da imprensa não tem nenhum problema para mim. Eu não consigo entender, por exemplo, como é o caso do candidato que diz horrores contra a moral do outro e depois o abraça e até compõe governo com ele. (...) Agora, se a mídia é responsável pela criação de uma representação estereotipada... é difícil concordar com isso. Porque a mídia não cria essa condição estereotipada, porque não existe esse preconceito. Houve uma época em que era assim, talvez no Nordeste ainda seja assim. Todo ano, quando se discute a questão da mulher, se diz que a mulher sofre preconceito. Não. Ela tem é dificuldades culturais, porque quem está no cargo não lembra da mulher. E por que isso? Porque a cabeça do homem está cheia de homens. Eles só pensam na mulher pelo lado estético. ‘Olha o terninho dela, olha o colarzinho dela, olha isso... ah! Eu não gostei da calça da Heloísa não. A Heloísa está usando calça jeans’. É a cabeça do homem! Eles não se lembram das mulheres! Os homens só pensam nos homens!²¹

¹⁷ Entrevista a Jean Souza, em 28 de maio de 2007.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Entrevista a Gabriela Nóra, em 26 de fevereiro de 2007.

²⁰ Entrevista a Gabriela Nóra, em 26 de fevereiro de 2007.

²¹ Entrevista a Gabriela Nóra, em 26 de fevereiro de 2007.

As opiniões a respeito de preconceito, machismo e discriminação são ainda mais divergentes, quando se ouve mulheres do Norte e do Nordeste do país. Enquanto Denise Frossard, no Rio de Janeiro, afirma não ter sofrido quaisquer manifestações discriminatórias por parte da mídia, Cristina Almeida (PSB), que concorreu a uma vaga ao Senado pelo Amapá, mas não foi eleita, diz que sofreu preconceito entre adversários políticos: “Em virtude de um boato que o meu adversário plantou, dizendo que eu era da magia negra, macumbeira (simplesmente pela forma de me vestir)”²².

Em relação à cobertura feita pela imprensa, Cristina destacou:

Esta forma de me vestir foi um dos aspectos que fez a diferença e tentaram deturpar este meu estilo, mas não conseguiram. Ao mesmo tempo em que o meu adversário, o Senador José Sarney, usou também bata, dançou marabaixo, (dança típica da cultura negra do Estado do Amapá), sendo que, em dezesseis anos de mandato, ele nunca tinha colocado os pés nesta manifestação. Só faltou usar o turbante pra me imitar²³.

Para Heloísa Helena, uma das figuras políticas de maior notoriedade no país, candidata à Presidência da República nas eleições de 2006, o preconceito existe sim. Ela ressalta que são as próprias mulheres as responsáveis pela criação de homens machistas, e o machismo, uma característica da própria estrutura social:

Eu só poderia dizer que não existe preconceito, se eu não acreditasse que a gente vive numa sociedade machista. (...) Se eu tive que falar mais alto, gritar mais, estudar muito mais e, em alguns momentos, ser até agressiva para me fazer respeitar, isso é retrato de um preconceito. O preconceito, ele é construído por uma interpretação cultural estabelecida na sociedade. Não tenho dúvidas... por exemplo: o homem, quando briga muito, ele é considerado corajoso; a mulher, se brigar muito, é considerada histérica; o homem, quando chora, é considerado sensível; a mulher, quando chora, é considerada fingida. Então, até atributos da existência humana, eles passam por uma classificação diferente, quando são desenvolvidos por homens ou quando são desenvolvidos por mulheres²⁴.

Heloísa fez, também, uma análise da cobertura feita pela mídia sobre sua candidatura, apontado, nela, aspectos de estigmatização. Apesar disso, a candidata sempre afirmava na entrevista que, por ser uma mulher forte, não se incomodava com o tratamento diferenciado; sua preocupação era com as mulheres em geral:

Algum outro candidato à Presidência teve uma matéria no jornal O Globo, numa montagem que fizeram comigo na capa da Playboy? Alguém por acaso falou dos ternos... falavam da minha roupa branca

²² Entrevista a Dominique Isabelle Guerin, em 9 de abril de 2007.

²³ Idem. Curioso que, da mesma forma, a candidata ao Governo do Rio de Janeiro, Denise Frossard, alegou, durante a campanha, que seu modo de vestir e apetrecho (um ‘colarzinho’) eram copiados pelo também candidato, pelo PSDB, Eduardo Paes.

²⁴ Entrevista a Gabriela Nóra, em 14 de abril de 2007.

e eu nem ligava... aí que eu fazia mesmo, que é para provocar. Então, falou disso? De qual era a cor mais utilizada pelo candidato? Qual era o tipo de cabelo? Eu fico mais triste quando essa interpretação é feita por mulheres, porque aí mostra exatamente como nós somos frágeis para interpretar a vida cotidiana, e como nós reproduzimos, no nosso cotidiano, esse comportamento machista. Mas eu nem me incomodo... eu acho ruim porque eu fico me perguntando como outras mulheres lidariam com isso. Porque uma coisa sou eu... é por isso que, quando eu analiso o papel das mulheres, eu não falo de mim. Eu não²⁵.

O caso da montagem fotográfica feita pelo site humorístico Kibe Loco (www.kibeloco.com.br) com uma foto de Heloísa Helena teve grande repercussão nacional: o rosto da candidata fora colocado sobre o corpo de uma modelo, simulando capa da revista masculina Playboy. O interessante, no caso, é que Heloísa condena a posição do jornal O Globo, por ter publicado matéria sobre a montagem feita pelo site, e não a montagem em si:

(...) para mim, o problema mesmo não foi a montagem no site humorístico. O meu problema foi um jornal de circulação nacional fazer uma matéria sobre uma montagem, você está me entendendo? Porque eu não vou impedir que a Internet faça o que quiser fazer...²⁶

São visões muito diferentes sobre o mesmo objeto: enquanto algumas vêem problemas no colunismo social, outras já não o percebem com maus olhos; enquanto algumas não condenam o comportamento da mídia, outras o interpretam como discriminatório.

Distanciando, ainda, do foco principal de análise (os jornais O Globo e Folha de São Paulo), a fim de tornar mais complexo o problema, cita-se, aqui, matéria publicada pela revista Época no dia 3 de fevereiro de 2007, intitulada “O que muda com ele”, onde é feita uma análise da conjuntura política que se instalaria a partir da vitória de Arlindo Chinaglia (PT) para a Presidência da Câmara dos Deputados. Além de explorar o perfil político de Chinaglia, a matéria descreve aspectos da vida pessoal do político, falando de seu hobby (assistir a lutas de boxe), dizendo quantos filhos tem, como se comporta com a família etc. — tipo de construção de perfil psicológico que, em algumas matérias encontradas em veículos da Internet, por exemplo, não costuma tratar de modo diferenciado, quanto ao aspecto descritivo, homens e mulheres.

Ou seja, não é só a intimidade de mulheres que se torna alvo dos textos jornalísticos. As matérias traçam perfis, querem mostrar quem são, por trás dos discursos, do comportamento sério das campanhas e do cotidiano da política, os homens e mulheres do cenário político.

Isso não significa tratamento igual: a matéria “A musa comunista que virou fenômeno eleitoral no Sul”, publicada no jornal O Globo, no dia 5 de outubro de 2006, assinada pelo jornalista Aydano André Motta, é um exemplo de como o desrespeito, em meio a tantas matérias isentas — no tocante à

²⁵ Idem.

²⁶ Id.

questão de gênero — ainda consegue se manifestar. O jornalista dá destaque para a alcunha de ‘musa’, conferida à Manuela D’Ávila, cria um texto do tipo ‘perfil’, assim como o de Arlindo Chinaglia, na Revista Época. Aydano descreve aspectos não ligados à política, como o fato de a deputada eleita ter assistido a jogo de futebol dias antes. O jornalista fala também de propostas colocadas pela deputada durante sua campanha, abre espaço para Manuela comentar a sua atuação na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, mas o tom machista é mesmo o que prevalece. O texto é acompanhado de foto, em que Manuela olha para a câmera, sorrindo. O jornalista termina a matéria perguntando: “não é uma graça?”²⁷.

Referências

- ALMEIDA, Ligia Martins de. As mulheres que a mídia não quer ver. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=339IMQ007>. Acesso em 12 de fevereiro de 2007.
- _____. As mulheres mudaram, a imprensa não liga. Disponível em: <http://www.oobservador.com/new/ler.asp?id=11034>. Acesso em 12 de fevereiro de 2007.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. A conquista do voto feminino: voto, educação e trabalho. Reunião de artigos com resultados de seus estudos de mestrado e doutorado sobre mulher na política. Rio de Janeiro, 2006.
- AVELAR, Lucia. Mulheres na elite politica brasileira. Ed. da Unesp, São Paulo, 2002.
- BERABA, Marcelo. O foco da Folha. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=426VOZ001>. Acesso em 25 de março de 2007.
- BUTLER, Judith. Gender Trouble: feminism and the subversion of identity. Routledge, N.Y., 1997.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista: dinâmicas de uma intervenção política. Rio de Janeiro, 2006.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Mulher. Caderno especial sobre a Mulher publicado em 8 de março de 2007.
- GALSTER, Ingrid. Cinquenta anos depois de O segundo sexo, a quantas anda o feminismo na França? Uma entrevista com Michelle Perrot. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO104-026X2003000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 de dezembro de 2006.
- GOMES, Wilson. Transformações da política na Era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus, 2004.

²⁷ Jornal O Globo, 5.10.2006, p.18.